

Cardoso quer ajuste fiscal sem aumentar impostos

Geraldo Magela

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, despediu-se ontem do Senado anunciando ao Congresso que deseja reformas amplas e profundas na Constituição de 1988, que ele ajudou a elaborar. Em discurso de uma hora e quarenta e dois minutos, ele explicou que as duas prioridades do pacote de emendas que encaminhará ao Congresso em fevereiro são a questão fiscal e a ordem econômica. Incluem-se aí a abertura da economia ao capital estrangeiro e a flexibilização dos monopólios.

“O regime fiscal da Carta de 88 é economicamente ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário”, criticou o presidente eleito. Ele está convencido de que a correção dessas distorções passa pelo sistema tributário e pela divisão de competências entre União, estados e municípios, o Orçamento Federal e a seguridade. Mas tratou logo de tranquilizar governadores, prefeitos e também o setor produtivo, garantindo que não quer mudar a distribuição da receita nem aumentar ou criar imposto novo. O caminho é buscar uma divisão mais equilibrada das atribuições.

Abertura — Fernando Henrique vai propor a revisão do dispositivo que proíbe investimentos estrangeiros nos setores de energia elétrica e mineração e o fim da discriminação entre empresa brasileira e de capital nacional. A flexibilização dos monopólios estatais viria para permitir parcerias com a iniciativa privada, expandindo os investimentos. E lembrou que flexibilizar não quer dizer a retirada do Estado desses setores.

Para os trabalhadores que recebem o salário mínimo, o recado não foi animador. Fernando Henrique disse que este problema está amarrado à Previdência Social e foi taxativo: “Nem há como pensar em aumento real do salário mínimo enquanto o valor dos benefícios previdenciários estiver vinculado a ele”. A idéia é incluir no projeto de reforma mudanças nas regras das aposentadorias, combinando o tempo de serviço com a idade mínima, e acabar com as aposentadorias especiais aos 25 anos de serviço. Mas



Cardoso considera a abertura da economia prioridade

o presidente eleito garantiu que os atuais aposentados “em nada serão afetados” e que haverá uma regra de transição para resguardar expectativas de direito.

“Carimbado” — O presidente eleito queixou-se do “engessamento dos gastos” na área do Orçamento. “Quase tudo está carimbado e a margem de discricionariedade do Congresso e da União é quase nenhuma”, argumentou. Para corrigir o problema, ele vai propor a eliminação das vinculações de receita do texto constitucional.

A agenda da modernização do País também passa, na avaliação de Cardoso, pelos direitos e obrigações dos servidores públicos, pelas relações de trabalho, pela organização sindical e pela organização do Poder Judiciário. As reformas política e do sistema eleitoral também foram citadas pelo presidente elei-

to, mas suas propostas sobre estes temas só serão explicitadas quando ele enviar o conjunto de emendas constitucionais ao Congresso.

Diálogo — O presidente eleito vai assumir o governo com ampla maioria no Congresso, mas não deseja aprovar seu projeto de reforma constitucional recorrendo à prática do “rolo compressor” e ignorando as oposições. “Uma Constituição não pode ser fruto unilateral de maiorias transitórias nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo”, disse Cardoso, da tribuna do Senado.

Mesmo com a maioria que o ingresso do PMDB na base de sustentação do futuro governo lhe garante, Fernando Henrique comprometeu-se com a tática do convencimento. “Serei fiel à condição de político e de homem do diálogo que adquiri nesta Casa”.